

Caminhos estatísticos na história econômica da Bahia

Principal esteio da economia colonial na época do domínio português, e após século e meio de estagnação, que corresponde grosso modo ao período 1823-1960, a Bahia vive atualmente um importante processo de desenvolvimento, uma verdadeira "revolução industrial". Daí a importância que pode apresentar para os cientistas sociais, e principalmente os economistas, um estudo retrospectivo da economia baiana dentro das modernas pers-

pectivas das teorias do desenvolvimento (1).

Todavia, para que isto seja possível, tal estudo deve fundamentar-se em séries estatísticas correspondentes a parâmetros relacionados ao desenvolvimento econômico, única maneira de se obter um grau razoável de precisão que não pode ser conseguido numa análise baseada em dados puramente qualitativos. Isso porque a tarefa do historiador economista contemporâneo con-

siste — através da busca dos mecanismos simples ou gerais que se acham em todos os sistemas econômicos, ou mecanismos estruturais, próprios a cada tipo de estrutura econômica na elaboração da teoria econômica retrospectiva, ou teoria econômica do passado (2).

Porém, num país de tradição estatística bastante recente, onde encontrar dados capazes de constituir séries cronológicas que sirvam ao estudo ou avaliação das variáveis econômicas? Em outras palavras, o problema consiste em encontrar as fontes documentais na Bahia que permitem a constituição dessas séries, e em estabelecer o método de coleta de tal material.

A essas perguntas vimos respondendo há aproximadamente quatro anos e para isso orientando os nossos trabalhos nos dois campos seguintes:

a) Elaboração de séries estatísticas a partir de fontes já publicadas;

b) Elaboração de séries estatísticas a partir de documentos não publicados;

Para o primeiro desses dois campos estamos reunindo as variáveis:

- 1) Orçamentos de Receita e de Despesa do Estado da Bahia;
- 2) Rendas da Província da Bahia;
- 3) Safras de produtos principais como açúcar, aguardente, algodão, café, tabaco etc;

- 4) Rendas internas da Cidade do Salvador;
- 5) Exportação para países estrangeiros dos principais produtos de produção local;
- 6) Exportação desses mesmos produtos para outras regiões brasileiras;
- 7) Importação de produtos agrícolas e manufaturados de países estrangeiros;
- 8) Importação de produtos agrícolas e manufaturados de outras regiões brasileiras;
- 9) Entrada e saída de navios de longo curso;
- 10) Entrada e saída de navios de cabotagem.

Tais dados encontram-se facilmente nas Falas e relatórios dos Presidentes da Província da Bahia, mais tarde dos Governadores, cuja série completa de 1840 até 1930 encontra-se no Arquivo Público do Estado.

Porém, essas séries apresentam alguns inconvenientes:

Primeiramente, os que publicaram esses documentos raramente se referem às bases que serviram para a constituição das séries estatísticas. Em segundo lugar nem tôdas as Falas e relatórios do Governo da Bahia possuem em anexo publicações de mapas estatísticas. Isto contribui para que as nossas séries sejam lacunares e assim de pouca utilidade para um estudo econômico conjuntural e de longa duração.

O primeiro desses inconvenientes pode ser eliminado submetendo as estatísticas a um crivo de crítica rigorosa. Crítica exter-

na e crítica interna, críticas fundamentadas sobre o conhecimento das instituições e dos acontecimentos. O primeiro nos dará o valor exato dos dados estatísticos coletados e assim ajudará para que possamos estabelecer a crítica externa dos documentos. O segundo permitirá apreciarmos se as flutuações constatadas nas séries coletadas são verossímeis e correspondem aos acontecimentos verificados no nosso período histórico.

O segundo desses inconvenientes pode ser superado na medida em que pudermos completar as nossas séries lacunares recorrendo a documentos manuscritos, dos quais extrairemos as séries que nos faltam (3). Essa é uma tarefa que irá exigir pesquisas mais demoradas, um trabalho que que consistirá no exame sistemático do material dos arquivos e para o qual é necessário dispor do apoio de um pessoal auxiliar numeroso. Os esforços individuais nesses casos têm magras chances de êxito.

Decidimo-nos a publicar este trabalho, que representa uma abordagem metodológica da constituição de séries cronológicas, por termos dedicado o nosso segundo campo de investigações à elaboração estatística de séries de preços a partir de documentos inéditos, e por acharmos que esta experiência poderá ser útil aos estudiosos nacionais e principalmente aos nossos estudantes de História.

Pesou muito em nossa decisão o fato de a Universidade brasi-

leira, e especialmente a Universidade baiana, terem atualmente os seus interesses voltados para a integração do seu ensino e de suas pesquisas na realidade regional. Considerada por muito tempo como uma arte narrativa dos fatos e acontecimentos particulares, a História tem ultimamente se desenvolvido como verdadeira ciência social do passado. Passado cujo conhecimento, tanto factual como estrutural e conjuntural, isto é, da sua espessura temporal, nos permite entender mais satisfatoriamente o presente e projetar melhor o futuro.

AS SÉRIES CRONOLÓGICAS DE PREÇOS. FONTES E MÉTODOS

INTRODUÇÃO

A historiografia dedicada aos movimentos de preços tem seguido duas tendências principais quanto à escolha das fontes.

A primeira dessas tendências é representada pelo economista americano Earl J. Hamilton (4) o qual dá as suas preferências aos registros de contabilidade dos hospitais, conventos, instituições assistenciais, grandes casas principescas e senhoriais. Os preços registrados nesses registros foram por êle considerados como sendo preços intermediários entre os preços de atacado e os preços de varejo, difíceis, porém, a ser qualificados.

A segunda tendência tem por principal defensor Ernest Labrousse (5) o qual mostra niti-

damente preferir como fontes para coleta de dados as mercuriais (mercuriales) estabelecidas segundo as cotações dos preços no mercado que podem ser semanais, quinzenais ou mensais, validadas pelo acôrdo tácito de interesses opostos.

A principal objeção que Earl J. Hamilton faz ao uso das mercuriais como fontes para a coleta de dados é de que as mesmas contêm dados elaborados para os quais não podem ser verificadas as bases, nem pode ser seguido o seu processamento. De outro lado, Labrousse objeta o método de Hamilton afirmando que as contabilidades dos hospitais, conventos, instituições assistenciais, grandes casas principescas e senhoriais, não fornecem tôda a gama dos preços do mercado, sendo que, na maioria dos casos, as operações registradas nos livros de compra e venda não correspondem às operações correntes, pois são feitas por corpos sociais poderosos e, às vêzes, privilegiados.

Uma terceira posição adotada pelo historiador-economista Vitorino Magalhães Godinho (6) visa conciliar as duas tendências ao propor que sejam usados simultâneamente os dois tipos de séries, uma controlando a outra.

A nosso ver, a opção só se pode fazer na medida em que para dado *momento e lugar* haja uma tal variedade de fontes que exija uma tomada de posição face ao problema. No caso da Bahia essa opção não foi possível pois encontramos uma única fonte

que apresentou as condições mínimas exigidas para a elaboração de uma história de preços entre as diversas fontes possíveis e examinadas.

Segundo o princípio de que tôda história de preços fundamenta-se essencialmente na elaboração estatística dos dados coletados e que para isto é necessária a presença de uma documentação *anual, seriada e contínua* por um largo período de tempo, procuramos, na fase inicial dos nossos trabalhos, encontrar as várias fontes que poderiam preencher os nossos objetivos.

As visitas aos arquivos conventuais do Carmo, São Bento e São Francisco não permitiram localizar tais dados. Por outro lado as nossas tentativas junto ao Arquivo Municipal foram dificultadas pela ausência de um catálogo que pudesse nos dar uma orientação quanto à existência ou não de séries oficiais de dados estatísticos no âmbito municipal, cobrindo o período de 1750 a 1850, faixa de tempo que se caracteriza pela ausência de dados publicados. Para o período posterior, a principal fonte para tais dados é constituída pelos preços de mercadorias publicados em jornais da época.

Como último recurso, visitamos o arquivo da Santa Casa de Misericórdia, único lugar onde conseguimos localizar uma documentação capaz de preencher as exigências de seriação e continuidade de dados. Assim, para o período de 1759 a 1850, utilizamos uma única fonte — a da

Santa Casa de Misericórdia — e para o período 1851 a 1930 iremos elaborar uma outra série a ser extraída dos preços publicados nos jornais da época e que será utilizada para controlar a série constituída pelos dados obtidos nos documentos da Santa Casa.

A apresentação da pesquisa objetivando a constituição de séries cronológicas para a elaboração de uma história de preços na Bahia entre 1750 e 1930 foi dividida em três partes: A) Fontes utilizadas; B) Método de trabalho; C) Considerações finais.

A. — FONTES

1. — *Os Registros de Contabilidade da Santa Casa de Misericórdia.*

Os maços de despesa da Santa Casa, anexos aos livros de Receita e Despesa da mesma, compreendem documentos referentes às várias despesas da Misericórdia durante o ano contábil.

Até o ano de 1826, a contabilidade da Santa Casa era dividida em duas partes essenciais:

- a) Receita e Despesa dos Tesoureiros da Casa (Consignação da Casa).
- b) Receita e Despesa dos Tesoureiros do Côro (Consignação do Cofre)

Não havendo necessidade no corpo deste trabalho de considerar as Receitas da Santa Casa de Misericórdia, deixamo-las de lado para somente dedicar a nossa análise às suas Despesas. Para

isso necessitamos fazer alguns comentários sobre os maços de Despesa das Consignações da Casa e do Cofre.

a) *Maços de despesa dos Tesoureiros da Casa (Consignação da Casa).*

Esses maços referem-se aos gastos da Santa Casa com a manutenção do seu hospital de Caridade, da Cadeia dos Presos da Cidade do Salvador, e, ocasionalmente, para períodos bastante curtos — de alguns meses ou alguns anos — com o hospital militar anexo ora ao antigo Colégio dos Jesuítas, ora ao forte militar do Barbalho, ora ao Convento da Palma. Essa última despesa com o hospital militar só é encontrada para alguns anos da década de 1780.

Tôdas as despesas com as várias categorias hospitalares são contabilizadas separadamente de modo que nos foi possível utilizar sempre o mesmo tipo de documento. O documento utilizado nesta série foi o que se referia às despesas da Santa Casa com o Hospital de Caridade.

Além dos documentos relativos às despesas de manutenção hospitalar, encontramos uma variedade de outros documentos relativos a pagamentos de missas festivas celebradas pelas almas dos irmãos falecidos; pagamentos de salários e compra de material para a construção ou conservação dos bens imóveis pertencentes à Santa Casa; pagamento dos funcionários da Consignação da

pesas com demandas, com compra de remédios no boticário, etc. Casa; pagamento de foros; des-

Dessas séries levantamos apenas duas: as que se referiam ao pagamento da mão-de-obra empregada na construção civil e as despesas com os salários dos empregados da Santa Casa, na Consignação da Casa.

b) *Maços de despesa dos Tesoureiros do Cofre (Consignação do Cofre)*

Os maços da Consignação do Cofre assemelham-se aos da Consignação da Casa mas referem-se ao patrimônio constituído pelo legado deixado por João de Mattos Aguiar (ou João de Mattinhos) em fim do século XVII em favor das môças orfãs ou pobres da Capitania, recolhidas na instituição chamada "Recolhimento" que funcionava em prédio anexo ao da Santa Casa.

As recolhidas eram mantidas e dotadas pelas rendas do legado de João de Mattos Aguiar até o seu enlace matrimonial. Esse legado era constituído por bens imóveis, todos êles localizados na Cidade do Salvador.

Nesses maços de despesa encontramos ainda séries de documentos relativos às despesas com o pagamento de dotes, acompanhados pelos respectivos processos; despesas com o vestuário

e calçado das recolhidas; pagamento de funcionários, de foros, de demandas e despesas com os salários pagos à mão-de-obra de construção civil. Dessas séries só nos foi possível utilizar as séries de despesas com os empregados da Consignação do Cofre e de mão-de-obra na construção civil. A precariedade assim como a frequência de lacunas nos dados referentes às despesas com o vestuário e calçado das recolhidas não permitiram a constituição dessa série.

2. — *Elaboração e conteúdo dos documentos relativos à manutenção do Hospital de Caridade e do Recolhimento*

Encontramos, para as duas instituições do Hospital de Caridade e do Recolhimento, listas *mensais* dos produtos essenciais ali consumidos com as respectivas quantias e preços. Todavia, entre os documentos da Consignação da Casa e os do Cofre, há uma diferença essencial quando à variedade dos produtos consumidos. Geralmente as listas fornecidas pela Consignação da Casa são muito mais ricas que aquelas fornecidas pelas do Cofre. A título de exemplo tomamos, ao acaso, duas dessas listas que achamos interessante transcrever para efeito de comparação.

LISTA DOS PRODUTOS CONSUMIDOS NO HOSPITAL DE CARIDADE

Ba. de Fevereiro o 1º de 1764 annos

Conta da despeza que se fez com os doentes do Hospital e mais despezas desta Santa Casa neste mês de Fevereiro.

49"	alqueires de farinha comprada 5 vêzes	a	640	31\$560	
	Peixe em todo mês			14\$680	46\$040
99"	galinhas	a	200		
31"	ditas	a	230		
44"	ditas	a	240		
175"	ditas	a	220		37\$710
37"	frangos comprados a vários pressos que feita a conta soma			25\$880	
	Pão em todo mês			18\$920	45\$900
1"	alqueire de Sal			\$640	
	para pam dellô			1\$980	
	Leite			1\$650	
8"	Cas e 3 quartilhos de azeite de peixe			2\$800	
4"	Cas e 1 quartilho de azeite doce	a	1440	6\$120	
2"	a e 1/2 de açúcar	a	1200	3\$000	
1"	alq. e 1 quarta de milho			\$840	17\$030
	Louça para gasto de várias quali- dades			\$900	
8"	Las. de manteiga			1\$840	
1"	fôlha de alsafrão			1\$120	
3"	alq. de feijão	a	800		
		a	2400	2\$400	
3"	sírios de arroz			5\$120	
2"	Cas. e 1 quartilho de vinagre ...			1\$440	
2"	Cas. de aguardente			1\$630	14\$450
	Lenha			\$640	
	Conserto do caldeirão			1\$800	
	Dro. que gastei em carretos por várias vêzes			6\$530	
	Dro. pa tinta para a Secretaria			\$160	
	Dro. para tinta para a Secretaria				
	Dro. que dei ao Barbr ^o de sangrar os doentes			2\$810	14\$320
141"	a e 27 Las de Carne	a	\$480	68\$085	
	Dr ^o que dei a onze homens da tumba	a	2\$320	25\$520	
	Dr ^o a três moços de Côrc	a	1\$240	3\$720	
	Dr ^o a duas amas dos Ingeitados ..	a	2\$560	5\$120	
	Dr ^o a Lavadeyra			1\$600	
	Dr ^o que se gastou em várias miu- dezas na cozinha			1\$190	105\$235

24" alqueires de farinha q rce da Saubara	\$
22" galinhas mais q recebi	\$
2" lanxas de Lenha	\$
	<hr/>
Soma E Volta	R 280\$685

LISTA DOS PRODUTOS CONSUMIDOS NO RECOLHIMENTO

Ba. de Fevereiro o 1º de 1764 annos
 Conta da despeza feita com as recolhidas do Recolhim.to desta Sta.
 Caza em todo este mês de Fevrº o seguinte..."

P" 26" alqueires de farinha comprada			
p. v. vezes	a	640"	16\$640"
2" alq e 1 quarta de feijão	a	960"	2\$160"
3" quartas de Sal	a	160"	\$480"
2" Canadas e 3 quartilhos de azeite			
dosse	a	1600"	4\$400"
3" quartilhos de vinagre	a	160"	\$480"
10" Canadas de azeite de peixe ...	a	320"	3\$200" 27\$360
			<hr/>
2" a de toucinho	a	1760"	3\$520"
" Lenha			3\$200"
1" L.a de Sêra			\$440"
" Carretos por repetidas vezes ..			\$510"
" Saveyros			\$260"
" p. a várias miudezas			1\$920" 9\$850
			<hr/>
" Peixe			2\$400"
" dº			4\$800"
" dº			4\$800"
" dº			4\$800"
" dº			4\$800" 21\$600
			<hr/>
" Para drº q dei a Lavadeyra da			
Lavage			2\$400"
42" a e 1/2 de Carne	a	480"	20\$400" 22\$800
			<hr/>
Soma Salvo erro			"R.s" 81\$610

Um rápido exame e comparação d'esses dois documentos ilustra as diferenças em variedade de produtos mostrados nêles. Enquanto que se pode, com o

documento relativo às despesas com o Hospital de Caridade, alinhar 12 produtos (Farinha de Mandioca, Galinha, Sal, Azeite de Peixe, Azeite Doce (Azeite de Oliva), Açúcar, Manteiga, Feijão, Arroz, Vinagre, Aguardente e Carne Verde (de Boi), utilizando o documento do Recolhimento só se pode conseguir o alinhamento de apenas 8 (Farinha de mandioca, Feijão, Sal, Azeite Doce, Vinagre, Azeite de Peixe, Toucinho e Carne Verde). Precisamos ainda que esse documento do Recolhimento, escolhido ao acaso, é um dos mais ricos em conteúdo pois por repetidas vêzes só podem ser alinhados no máximo 6 produtos.

Por motivos relacionados ao problema da seriação dos dados, fomos, todavia, obrigados a lançar mão das duas séries, utilizando a série do Recolhimento cada vez que tínhamos uma lacuna por não ter achado o documento referente às despesas do Hospital de Caridade.

Devemos ainda assinalar que, como regra geral, os preços de mercadorias, tanto em um documento como no outro, são idênticos, fato êsse que permitiu o uso da segunda série do Recolhimento.

A lista que segue mostra os anos em que foi feita essa substituição.

TABELA (7)

1749-1750	1750-1751	1751-1752	1752-1753	1753-1754	1754-1755	1755-1756
1756-1757	1757-1758	1758-1759	1759-1760	1760-1761	1761-1762	1762-1763
1763-1764	1764-1765	1765-1766	1766-1767	1767-1768	1768-1769	1769-1770
1770-1771	1771-1772	1772-1773	1773-1774	1774-1775	1775-1776	1776-1777
1777-1778	1778-1779	1779-1780	1780-1781	1781-1782	1782-1783	1783-1784
1784-1785	1785-1786	1786-1787	1787-1788	1788-1789	1789-1790	1790-1791
1791-1792	1792-1793	1793-1794	-	1795-1796	-	-
1798-1799	1799-1800	1800-1801	1801-1802	1802-1803	1803-1804	1804-1805
1805-1806	1806-1807	1807-1808	1808-1809	1809-1810	1810-1811	1811-1812
1812-1813	1813-1814	1814-1815	1815-1816	1816-1817	1817-1818	1818-1819
1819-1820	1820-1821	1821-1822	1822-1823	1823-1824	1824-1825	1825-1826
1827	1828	1829	1830	1831	1832	-
-	-	1843	1844	1845	1846	1847
1848	1849	1850				

A tabela termina no ano de 1850 pois, para os anos subsequentes, temos uma seriação de documentos ininterrupta até ... 1930. Nesse período não houve necessidade de fazer distinção entre os documentos da Consignação da Casa e os do Cofre.

Se agora considerarmos a totalidade dos cem anos (1750-1850) contidos na tabela apresentada, verificaremos que, nestes cem anos, apenas para quatorze anos foram utilizados os documentos referentes à Consignação do Cofre, isto é, os docu-

mentos menos ricos em informações. Também se essa utilização pode parecer demasiadamente grande, ela de fato diminui a diferença se levarmos em conta que o ano contabilizado pela Santa Casa até 1827 não corresponde ao ano civil de janeiro a dezembro, mas sim ao ano contábil de julho a junho. Desta maneira, quase sempre, temos em cada ano um semestre durante o qual podem ser utilizados os documentos da Consignação da Casa, salvo no caso em que havemos de utilizar por mais de um ano — como é o caso para os anos de 1798-1799 e 1799-1800 — os documentos da Consignação do Cofre. A partir de 1827, a Misericórdia adapta o seu ano contábil ao ano civil e a documentação passa a ser uma para as duas Consignaões.

A tabela mostra ainda que a nossa documentação apresenta uma lacuna de 10 anos compreendida entre os anos de 1832 e 1843. Foi-nos impossível encontrar os documentos relativos à êsse período de modo que preferimos manter a lacuna em vez de tentar interpolar uma série que poderia nos conduzir à análises errôneas e, portanto, perigosas. A interpolação de uma série estranha àquela utilizada só é permitida se ela fôr próxima da série original. Assim, se decidirmos interpolar uma série seremos obrigados de compará-la com a série original nos períodos anteriores e posteriores a nossa lacuna.

A documentação apresenta-se,

em geral, bastante bem conservada com exceção de alguns anos do século XVIII para os quais várias peças ou eram inutilizáveis ou se tornaram inutilizáveis depois de consultadas. A organização metodológica da documentação para consulta foi bastante difícil e demorada, pois os documentos utilizados encontravam-se perdidos na massa dos documentos do arquivo da Santa Casa. Um cálculo modesto permitiu avaliar que foi necessário manipular mais de trinta e cinco mil (35.000) documentos para dêles extrairmos os dois mil e quatrocentos (2.400) documentos que, aproximadamente, consultamos.

B. — MÉTODO

Nesta parte do nosso trabalho procuraremos apenas mostrar as etapas seguidas para a constituição das nossas séries cronológicas de preços. Deixaremos assim de lado os problemas metodológicos ligados à elaboração estatística dos dados, preferindo dar algumas sugestões na parte final dêsse trabalho que intitulamos: considerações finais.

Quatro nos pareceram ser as etapas fundamentais que, seguidas, nos proporcionariam os dados indispensáveis para o estudo a que nos propúnhamos: história dos preços na Bahia entre 1750 e 1930. Essas quatro etapas são: 1) a escolha do quadro cronológico; 2) a escolha dos produtos para o estudo; 3) a metrologia; 4) a confecção de tabelas para a tomada e a elaboração dos dados.

1. — *A escolha do quadro cronológico (1750-1930)*

A escolha do ano de 1750 como ano limite para o início da coleta de séries cronológicas de preços objetivando o estudo da conjuntura econômica da Bahia impôs-se a nós por três razões.

A primeira prende-se ao fato de termos encontrado uma documentação seriada na Santa Casa somente a partir de 1748. Com efeito, para o período anterior a 1748, a documentação existente é bastante falha e por isso impossível de ser utilizada.

A segunda, refere-se ao fato de existirem vários estudos sobre movimento de preços (8) feitos em outros países no referido período, o que nos possibilitaria comparar as nossas curvas de preços com as já existentes, ampliando assim o campo das correlações a serem estabelecidas e variando — conseqüentemente enriquecendo — os nossos comentários finais.

A terceira justifica-se pelo fato que a data de 1750 representa uma data importante na História Brasil—Portugal, o ano de 1750 marcando:

a) o início da administração pombalina que, apesar de não ter sido uma quebra no processo da evolução histórica de Portugal, representa contudo uma certa mudança na orientação política e, sobretudo, econômica da Metrópole em relação à sua colônia brasileira. Mudança é claro que se evidencia principalmente nos

anos de crise da economia metropolitana, depois de 1761;

b) o apogeu da produção aurífera brasileira, evidenciado no período 1740-1765, entrando, a partir de 1766, a produção aurífera em decadência;

O mesmo ano de 1750 permite ainda que se tenha um recuo suficiente no tempo para melhor apreciar:

c) os efeitos produzidos sobre a vida econômica da Bahia pela transferência da sede do Vice-Reinado do Brasil de Salvador para o Rio de Janeiro (1763);

d) a renovação da atividade agrícola que se intensifica, aparentemente, após o declínio da produção de ouro, mas que cria, a nosso ver, sérios problemas de ordem financeira aos senhores de engenhos e lavradores de tabaco, obrigados a se envidarem para pôr em funcionamento suas explorações agrícolas;

e) o enriquecimento dos comerciantes da Cidade do Salvador em detrimento dos proprietários fundiários e, em vários casos, sua substituição a êsses últimos.

A data terminal de 1930 foi escolhida por representar o fim do período denominado de "Velha República" e por marcar o início de uma fase de depressão econômica, aguda, reflexo da grande crise mundial que se inicia em 1929.

Essas são algumas das razões que determinaram a escolha dos limites cronológicos. Entretanto, gostaríamos de precisar neste trabalho que o problema das da-

tas limites, em última análise, só pode ser resolvido depois que forem estudados os ritmos da conjuntura econômica: movimentos de longa duração e movimentos cíclicos; sua duração, sua intensidade, sua regularidade. As datas limites que adotamos serviram apenas para circunscrever o nosso estudo no *tempo*, dentro das possibilidades documentais que estavam ao nosso alcance.

2. — *A escolha dos Produtos*

As preocupações que nos guiaram na escolha dos produtos a serem estudados foram de três naturezas diferentes.

A primeira relaciona-se ao problema das condições desejáveis para a elaboração de uma série cronológica de preços: a) a seriação anual dos dados; b) sua expressão em moeda corrente da época; c) sua homogeneidade em unidades de peso e de medida; e finalmente d) sua homogeneidade do ponto-de-vista geográfico.

A segunda reflete-se ao desejo de considerar apenas produtos realmente básicos na alimentação da população soteropolitana no decurso dos cento e oitenta anos abrangidos por nosso estudo.

Finalmente a terceira deveria permitir, dentro da medida do possível, distinguir entre produtos de importação e produtos de exportação, de produção e de consumo local. Essa distinção nos forneceria a possibilidade de estabelecer uma outra série de correlações entre as flutuações de preços de produtos importados e

de produtos exportados e de produtos de produção e de consumo local.

Para satisfazer às três exigências iniciais a que nos impusemos, procedemos à consulta da totalidade da nossa documentação através de uma sondagem efetuada de cinco em cinco anos. Terminada essa consulta, estabelecemos então a lista dos nossos produtos da seguinte maneira:

Para a totalidade do período, isto é, para os cento e oitenta anos, os produtos escolhidos foram: Arroz, Farinha de Mandioca, Farinha do Reino (Farinha de Trigo), Feijão, Carne Verde (de boi), Carne de Sertão (Charque), Galinha, Bacalhau, Azeite Doce (de Oliva), Azeite de Peixe, Toucinho, Açúcar, Vinagre e Sal.

A esta primeira lista acrescentamos, a partir de 1800, a manteiga; de 1810, o café e o chá (prêto) e a partir de 1827 o azeite (óleo) de mamona o qual substitui, nessa data, o azeite de peixe, que desapareceu da documentação consultada.

Tentamos também levantar outras séries de produtos como aguardente do Reino, aguardente da terra e vinho, mas a insuficiência ou disparidade dos dados levaram-nos a abandoná-las.

Posteriormente dividimos os produtos desta lista em produtos de exportação e de importação. Gostaríamos, porém, de precisar aqui que quando falamos em produtos de exportação e importação nos referimos apenas àqueles grandes produtos que são objeto

de comércio internacional e não de exportação e importação de produtos inter-regional. Os produtos considerados neste item são os seguintes:

a) *Produtos de exportação:* Açúcar, Café e Farinha de Mandioca — este último produto tendo servido como elemento de troca na época do comércio escravo.

b) *Produtos de importação:* Farinha do Reino (de Trigo), Bacalhau, Azeite Doce (de Oliveira), Chá (Prêto), Vinagre — importado de Lisboa ainda durante todo o século XIX — e Sal — até a extinção do monopólio em 1801.

Devemos mencionar que entre os produtos de exportação excluímos alguns grandes produtos da economia baiana, como o tabaco e o cacau, assim como o algodão cuja exportação em meados do século XIX pesava bastante na balança do comércio externo da Bahia. Essa omissão deve-se exclusivamente a não termos encontrado na nossa documentação referências sobre esses produtos que pudessem ser quantificadas. Com efeito, aqui ou acolá, encontra-se menção desses três produtos, porém de modo bastante vago: “para tabaco... 60 réis” ou “para cacau... 280 réis” etc.

Tendo indicado o caminho que adotamos na escolha dos produtos a serem estudados, teceremos agora alguns comentários individuais sobre alguns produtos que apresentam importantes variedades, e por isso dificultam a constituição das séries cronológicas de preços.

Farinha de Mandioca: várias foram as denominações encontradas para a farinha de mandioca, que varia com a qualidade da mesma: farinha lavada, farinha de guerra, farinha grossa, farinha fina, farinha do Norte, farinha de caixão, farinha comum etc. Por uma questão de homogeneidade consideramos a farinha de guerra que é a mais comum.

Arroz: arroz pilado, arroz em casca, arroz do Maranhão, arroz vermelho. Retivemos apenas o arroz pilado, o único a oferecer uma série ininterrupta. Trata-se, porém, do arroz de preço mais caro.

Feijão: em matéria de feijão múltiplas foram as variedades encontradas: feijão prêto, mulatinho, branco, ôlho de pomba, macassá, macapá, fradinho etc., o que dificultou bastante a constituição desta série, pois se alguns dos tesoureiros são muito minuciosos na descrição das mercadorias relacionadas nos documentos, a maioria apenas se limita em anotar de um modo bem vago “9 alqueires de feijão comprados por vários preços... 7\$400” ou “por feijão comprado por vários preços 5\$120” ou ainda “Por 2 alqueires de feijão a 800... 1\$600”.

Não sendo possível individualizar uma qualidade de feijão e não desejando excluí-lo do estudo, apesar da imprecisão dos dados, preferimos considerar os diferentes tipos de feijão *globalmente*, como um único produto.

Açúcar: Açúcar branco (fino e redondo), mascavado, açúcar de

1ª, de 2ª, de 3ª e de 4ª qualidades. Escolhemos o açúcar branco fino que, embora sendo o açúcar mais caro, foi porém o único que nos permitiu constituir a série cronológica.

Esses quatro produtos foram os que apresentaram para nós algumas dificuldades quanto à sua seleção pela qualidade. Os outros 14 produtos considerados, seja por não apresentarem variedades dignas de registro na época, seja por não terem os tesoureiros se referido às variedades porventura existentes, puderam ser apresentados de maneira uniforme durante todo o período de cento e oitenta anos.

3. — *A Metrologia*

O valor exato e preciso das medidas usadas para a quantificação dos produtos, por nós estudados, teve uma importância secundária pois no escopo desse

trabalho procuramos obter elementos que permitissem fazer comparações de *movimentos* de preços e não de *níveis* de preços. Sendo assim, nos empenhamos em preencher a condição básica para a constituição das séries, qual seja, que as séries de preços devem apresentar no *tempo* uma expressão homogênea em unidades de peso e de medida. Desta maneira não nos preocupamos em converter as antigas medidas usadas até 1874 em medidas modernas, nem tampouco converter as novas medidas em antigas. Usaremos na elaboração dos nossos dados as antigas medidas até 1874 e as novas para o período de 1874 em diante, sendo que o ajuste para a nossa curva de tendência secular se fará através de elaboração de índices, evitando, desta maneira, a sua fragmentação em dois períodos.

As medidas para os vários produtos considerados são as seguintes:

	De 1750 a 1874	De 1874 a 1930
Arroz	alqueire	Kg
Farinha de Mandioca	alqueire	Kg
Farinha do Reino (F. de Trigo)	arrôba	Kg
Feijão	alqueire	Kg
Carne Verde (de boi)	arrôba	Kg
Carne de Sertão (Charque)	arrôba	Kg
Galinha	unidade	unidade
Bacalhau	arrôba	Kg
Azeite Doce (de Oliva)	Canada	l
Azeite de Peixe	Canada	l
Azeite de Mamona (óleo)	Canada	l
Toucinho	arrôba	Kg
Açúcar	arrôba	Kg
Café	arrôba	Kg

Manteiga
 Vinagre
 Sal
 Chá (Prêto)

libra	Kg
Canada	l
alqueire	Kg
libra	Kg

Desta maneira, os pequenos pesos e medidas expressos em libras quartas, meia-quarta, quartilhos, meio-quartilho, foram transformados respectivamente em arôbas, alqueires e canadas. Obtivemos assim para um longo período uma estimativa efetuada numa medida ou num pêso padrão apresentando sempre o mesmo valor.

4. — *Confecção de tabelas para a tomada e a elaboração dos dados.*

Foram preparadas cinco tabelas para a tomada dos dados quantitativos formando séries cronológicas de preços. Dessas cinco tabelas, sômente a primeira (Tabela nº 1) serviu para a coleta direta em arquivo dos dados encontrados nos documentos contábeis da Santa Casa de Misericórdia. As quatro tabelas restantes contêm os dados estatísticos necessários às representações gráficas.

Para melhor esclarecer a utilização das cinco tabelas, passaremos agora ao comentário individual de cada delas.

TABELA Nº 1
 (vide anexo nº 1)

Foi elaborada com o objetivo de se poder coletar os dados mensais relativos a um ano inteiro numa única fôlha de papel tama-

no ofício de fácil classificação (em pastas), manuseio e consulta.

A fôlha de papel ofício foi dividida verticalmente em 12 espaços iguais representando os 12 meses do ano e, horizontalmente, em quadrados de espaçamento igual reservados à transcrição dos preços colhidos no documento original.

Dedicamos à margem esquerda da nossa tabela um espaço maior onde relacionamos os produtos cujos preços foram coletados mensalmente, tendo tido o cuidado de transcrever êsses produtos sempre na mesma ordem: farinha de mandioca lavada e de guerra, arroz, açúcar etc. No mesmo lado esquerdo foi reservado um espaço para as observações eventuais que se fizessem necessárias.

Na parte superior à esquerda, foi deixado um espaço para a colocação do tipo do documento utilizado (Hospital de Caridade ou Recolhimento) e o centro da parte superior foi utilizado para a colocação do ano para o qual se coletaram os dados.

A título de exemplificação, preenchemos alguns meses da tabela nº 1.

TABELA Nº 2
 (vide anexo nº 2)

A tabela nº 2 é a primeira tabela de elaboração de dados

que preparamos. Serviu para a construção de três tabelas.

É uma tabela individual para cada produto na qual primeiramente não inscrevemos todos os dados brutos não elaborados, isto é, reproduzimos toda a gama de preços nominais encontrados num mês para o mesmo produto. Uma vez reproduzida a gama de preços, procedemos a uma primeira elaboração que consiste em tirar o preço médio unitário do produto para cada mês pelo processo da média aritmética simples.

Numa segunda etapa, e utilizando sempre a mesma tabela, elaboramos a média anual, que é a média aritmética das médias mensais já elaboradas.

Finalmente, na terceira etapa, construímos a tabela das médias móveis, processo que estamos utilizando para a determinação da nossa curva de longa duração.

A inclusão numa única tabela de todas essas operações tem a vantagem de possibilitar o controle de todos os cálculos efetuados, quando isto fôr desejado.

TABELA Nº 3

(vide anexo nº 3)

A tabela nº 3 é uma tabela que se destina à publicação. Ela reproduz, mês por mês, as médias mensais do produto estudado. O grande espaço deixado em branco na parte inferior, e que poderia ser considerado com desperdício, teve o seguinte objetivo: permitir a inserção de algumas observações indispensáveis quando do estudo comparativo entre

as médias mensais, registrando assim imediatamente as nossas reflexões sobre o assunto. Essas observações, que apenas servem para guiar os nossos comentários finais, não serão reproduzidas no momento da publicação da tabela.

TABELAS Nº 4 e Nº 5

(vide anexos nº 4 e nº 5)

As tabelas nºs 4 e 5 destinam-se também à publicação.

A primeira apresenta as médias anuais de todos os produtos escolhidos para esse estudo; a segunda, as médias móveis.

Os modelos das tabelas foram elaborados e impressos quando ainda destinávamos esse estudo para o período de 1750 a 1850, de modo que estão ausentes produtos incluídos dos posteriormente como: azeite (óleo) de mamona, manteiga, café e chá (prêto).

C. — CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por ser dedicado a questões metodológicas relacionadas ao problema das fontes e coleta de dados, este trabalho prescinde de conclusões. Porém gostaríamos de terminá-lo apresentando algumas considerações gerais que julgamos necessárias.

É freqüente ouvir entre os nossos estudantes, e mesmo entre os colegas, a seguinte observação: "Será que a História tal como a conhecemos até hoje desaparecerá para dar lugar a uma história feita de algarismos e de repre-

sentenças estatísticas? Nesta perspectiva qual será a posição da História qualitativa? Será ela posta de lado e desacreditada, ou ainda poderemos fazer o uso que até agora dela fizemos?"

Ao nosso ver essa preocupação é desprovida de sentido. Toda pesquisa em história econômica quantitativa é necessariamente ligada a uma problemática inicial. Essa problemática inicial é sempre *qualitativa* pois derivada dos nossos estudos em documentos e livros e dos problemas que o estudo desses documentos e livros sugerem. Por esse motivo os estudos quantitativos têm um caráter *operacional* na medida em que nos proporcionam os meios de melhor conhecer as realidades profundas do momento histórico que entrou no campo das nossas investigações.

Em história econômica os estudos quantitativos constituem os fundamentos da história social cujo propósito essencial é mostrar, na sua totalidade, a problemática do *homem médio* que, em vez da personalidade excepcional do *grande homem*, representa um grupo mais ou menos extenso, seu regime econômico, seus modos de pensar e de agir. "L' économie apparait alors comme la toile de fond de la scène sociale. Cela ne signifie pas, naturellement, qu'elle prédétermine à *coup sûr* le social; mais cela signifie qu'elle donne le ton, qu'elle donne le ton d'une époque, d'une situation" (9). Desta maneira, os estudos quantitativos sistematizam a pesquisa histórica aumentando-lhe o esco-

po e dando-lhe um caráter científico que ultrapassa a simples coleção de fatos sem laços orgânicos entre eles.

A história econômica quantitativa nos aparece então como uma história dinâmica, pois estuda a conjuntura e a estrutura econômica, isto é, as flutuações a longo, médio ou curto prazo, e entre essas flutuações distingue as que correspondem a simples modificações de equilíbrio, das que traduzem uma evolução profunda do sistema estudado.

Expressa, através de tabelas e gráficos, essa conjuntura porém necessita do elemento qualitativo para ser analisada, explicada e, até certo ponto, para ter os seus resultados referendados. Daí respondermos àqueles preocupados com os rumos que tomará a história qualitativa: em vez de ser desacreditada, a história ganhará nova dimensão. Com efeito, como poderia uma série quantitativa por si só tudo explicar, substituindo o sabor da leitura de uma obra como as *Cartas* de Vilhena ou o valor dos ricos documentos contidos em nossos arquivos e que nos guardam contra a tentação de querer transferir para o passado uma visão demasiadamente moderna do acontecido?

A história econômica quantitativa é elemento de explicação e nunca deve ser considerada como a *explicação*, do mesmo modo que deixamos já de considerar, há muito tempo, as interpretações unilaterais ou polêmi-

cas como sendo explicações válidas.

Além da validade da história quantitativa, outro aspecto que desejamos considerar refere-se ao problema dos processos estatísticos a serem usados para a elaboração de nossos dados. Por exemplo no processo de análise dos movimentos longos, isto é, para verificar se na nossa curva de preços ocorre um movimento Kondratieff, cinco métodos podem ser empregados; o método dos mínima e dos máxima; o método da média móvel; o método das médias cíclicas; o método do ajuste pelos mínimos quadrados; o método dos *trend-deviations*.

Esses métodos se destinam a eliminar as flutuações intermitentes e cíclicas, e cada um d'elles apresenta suas vantagens e seus inconvenientes. Será então, em última análise, o assunto específico do estudioso que determinará a adoção de um ou de outro método. E em nossa opinião achamos que não devemos buscar *o método a ser aplicado*, mas sim fazer uma escolha que nos permita tirar o máximo de vantagens possíveis para o nosso estudo.

Para essa escolha acreditamos ser indispensável a ajuda de um especialista, no caso de um estatístico-econometrista, cuja colaboração — em condições ideais — deverá começar antes de se proceder à coleta dos dados, ainda na fase de sondagens. Esse critério permitirá escolher o caminho a seguir com maior segurança e evitará certos erros difi-

ceis de serem corrigidos uma vez coletada a documentação.

A consideração final é uma recomendação. Os trabalhos em história quantitativa exigem pesquisas de grande envergadura cuja documentação, na maioria das vezes, é de difícil acesso, não somente por falta de uma organização eficiente nos arquivos, mas também por causa do volume dessa documentação. Por esse motivo, toda pesquisa quantitativa só deve ser concebida como uma pesquisa de equipe. Essa equipe deverá ser composta de vários elementos (cinco ao máximo), cada um exercendo dentro do grupo uma função específica bem determinada. Sem a constituição de equipes não acreditamos seja viável uma pesquisa de grande porte, pois exigiria do pesquisador único uma dedicação de anos e mais anos de trabalho findos os quais extrairiam magros resultados em proporção ao tempo que nela devotou.

A experiência ora em curso na Bahia tem demonstrado a viabilidade de uma pesquisa em nível de equipe com a utilização do pessoal discente das nossas Faculdades de Filosofia. Periódicamente, todas as equipes se reúnem em mesa-redonda para discutir os problemas encontrados no decorrer de suas pesquisas ou as "descobertas" feitas. Essas reuniões são livres, isto é, sofrem o mínimo de orientação por parte do professor, e visam principalmente ensinar aos estu-

dantes a levantar problemas interessantes a serem investigados. Dessa maneira atingimos outro importante objetivo do ensino universitário: a formação de um núcleo de pesquisadores, indispensável para a continuidade e expansão do trabalho científico.

KÁTIA M. DE QUEIROZ MATTOSO

- 1 Da teoria clássica à teoria rostowiana.
- 2 MAURO, Frédéric. História ciência do abstrato. In: _____ *Nova história novo mundo*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1969. p. 41-54. (Col. Debates).
- 3 Graças à iniciativa do Dr. Renato Berbert de Castro, Diretor do Arquivo Público da Bahia, foram recolhidos àquele estabelecimento os documentos manuscritos da Alfândega do Salvador que permitirão preencher as séries lacunares das estatísticas anexas às Falas dos Presidentes e Governadores da Bahia.
- 4 HAMILTON, E. J. *Money, prices and wages in Valência, Aragon and Navarre, 1351-1500*. Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 1928. XXVIII + 320p.
- _____ *War and prices in Spain: 1651-1800*. Cambridge (Mass.), s. ed., 1947. 295p.
- 5 LABROUSSE, Ernest. *Esquisse du mouvement des prix et des revenus en France au XVIII siècle*. Paris, Dalloz, 1932. 695p.
- _____ *La Crise de l'économie française à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Révolution; aperçus généraux, sources, méthodes objectifs, la crise de la viticulture*. Paris, Presses Universitaires de France, 1943. 664p.
- 6 GODINHO, Vitorino Magalhães. *Prix et monnaies au Portugal. 1750-1850*. Paris, SEVPEN, 1955. X + 371p.
- 7 Os anos grifados são aqueles para os quais utilizamos os documentos da Consignação do Cofre. Os espaços deixados vazios correspondem aos anos para os quais não foi encontrada documentação.
- 8 Ver obras de E. Labrousse e V. Magalhães Godinho, citadas nas notas 5 e 6.
- 9 BOUVIER, Jean. *Histoire sociale et histoire économique*. In: *L'Histoire sociale. Sources et méthodes*. Paris, Presses Universitaires de France, 1967. p. 241.

TABELA Nº 1

ANO DE: 1949

GENEROS	JAN.	FEV.	MAR.	ABR.	MAI.	JUNH.	JULH.	AGOS.	SETEM.	OUTUB.	NOV.	DEZ.
FARINHA DE MANDIOCA	1.440 1.29					1.870 1.800						1.360 960
ARROZ	4880					4880						2880
AÇUCAR	2800					2700						2800
TOUCINHO	T C. 7380 2400					T C.V 1.260 2350						T. CY 6700 2380
CARNE VERDE	A. O. A. M. 8800 7800					A. O. A. M. 6800 3.90						A. O. A. M. 4800 2400
AZEITE DE OLIVA												
PEIXE OU MAMONA												
VINAGRE	V G 1.000 840					V G 1.000 840						V G 1.000 880
GALINHA	C M 3700 840					C M 2200 840						C M 3000 480
MANTEIGA												
CAFÉ												
FELJÃO	2848					2848						1.820
CARNE SERTÃO	C. S. B 3400 6800					C. S. B 2800 —						C. S. B 3000 2040
BACALHAU												
CHA	CH. S 2200 840					CH. S 2200 880						CH. S 2200 800
SAL												
FARINHA DO REINO	3768					2448						—

TABELA Nº 2

Preços mensais em réis de: GALINHA

Unidade de peso: Unidade

ANO	MÊS	PREÇOS	M. A. : 319,9 M. A. M. : 366,7
1809	Janeiro	400, 340, 320 (353,3)	
	Fevereiro	400, 380, 360, 340, 320 (360)	
	Março	320, 300, 280 (300)	
	Abril	300, 280 (290)	
	Malo	274	
	Junho	280	
	Julho	360, 320, 300 (326,6)	
	Agosto	360, 320 (340)	
	Setembro	360, 340 (350)	
	Outubro	320	
	Novembro	300, 290 (295)	
	Dezembro	360, 340 (350)	
			M. A. : 321,8 M. A. M. : 365,6
1810	Janeiro	340	
	Fevereiro	320	
	Março	300	
	Abril	300	
	Malo	300, 280 (290)	
	Junho	400, 340 (370)	
	Julho	—	
	Agosto	320	
	Setembro	360, 320 (340)	
	Outubro	320	
	Novembro	320	
	Dezembro	320	

M. A. : Média anual

M. A. M. : Média anual móvel

